



FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE

## **Tomada de Posição**

### **Sobre o Plano Nacional de Reformas do Governo e o Projecto de Resolução do PSD sobre Capitalização de Empresas**

O Forum para a Competitividade encara com preocupação a versão inicial do Programa Nacional de Reformas e espera que este seja substancialmente modificado e melhorado.

Seria lamentável que a União Europeia não considerasse o programa adequado à resolução dos graves problemas económicos de Portugal.

Desde a aprovação do Tratado de Maastricht em 1992 que se sabe que a participação na UEM implicaria a necessidade de reforçar fortemente a nossa competitividade externa. E desde a nossa entrada no Euro deveria ter-se tornado evidente para a classe política portuguesa que a uma redução da competitividade das empresas corresponderia um aumento do desemprego. Em vez de a deterioração da balança levar a uma desvalorização da moeda, passaria a originar uma diminuição do emprego.

Não sairemos das dificuldades actuais sem dar prioridade clara ao crescimento da competitividade das empresas e é por não o termos assegurado que não crescemos desde 2000.

#### *Duas graves omissões no diagnóstico*

Este Programa contém várias deficiências estruturais. Em primeiro lugar, não reconhece explicitamente dois dos mais graves problemas económicos do país: que estamos quase estagnados há quinze anos; que o *stock* de capital tem vindo a cair há vários anos, devido a um nível de investimento demasiado baixo.

De acordo com dados da Comissão Europeia, aquele *stock* de capital está em queda desde 2012 e deverá continuar a cair até 2017 (último ano de previsão da CE). Pior ainda, as previsões revistas pelo Banco de Portugal divulgadas na semana passada, prevêem uma forte revisão em baixa precisamente do investimento (de 4,5% para



## FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

0,7% em 2016 e de 6,1% para 4,5% em 2017, face ao previsto em Dezembro último), o que deverá agravar o nosso já grave problema de redução do *stock* de capital.

É necessário recordar que sem aumentar o nível de capital da economia como um todo é impossível criar emprego, aumentar a produtividade e dar sustentabilidade ao aumento dos salários reais, pelo que não podemos deixar de valorizar muito negativamente esta omissão.

Apesar de não estarmos surpreendidos por esta desaceleração prevista do investimento – fomos lançando avisos – estamos muito preocupados com este desenvolvimento. É impossível não associar esta evolução à acção do governo, na reversão de privatizações e concessões e genericamente através de um discurso muito pouco amigo das empresas. Esperamos que o executivo possa reconsiderar o caminho que vem trilhando porque sem investimento não há emprego nem futuro.

Esperamos pois que o governo inclua estas matérias no diagnóstico, porque sem um bom diagnóstico não se poderá definir uma boa terapia.

### *Um grave equívoco de orientação estratégica*

Dos seis pilares estratégicos, há um em particular que está definido de forma incompreensivelmente limitada, o “Capitalizar as empresas”. Aumentar o *stock* de capital é um dos elementos chave de qualquer processo de desenvolvimento e, como vimos, Portugal tem aqui um problema a requerer atenção urgente.

Ou seja, este pilar deveria ser “Aumentar o investimento no sector dos bens transaccionáveis”, o que abarca muito mais matérias, nomeadamente atrair Investimento Directo Estrangeiro, como também tornar o investimento genericamente mais atraente. Para além disso, tudo isto está em contradição com a programada subida do IRC.

### *Escassez de medidas concretas*

Nesta primeira avaliação genérica deste Programa de Reformas, é preciso acrescentar que há uma sistemática confusão entre o que são “objectivos



## FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

intermédios” e o que são “medidas”. “Garantir”, “promover”, “potenciar”, etc. não são medidas, são ainda objectivos que se pretende alcançar, faltando explicar como serão alcançados.

### *“garantir a estabilidade e a previsibilidade normativas”*

Na página 38, surge como medida “Simplificar a legislação e garantir a estabilidade e a previsibilidade normativas”. Isto também não é uma medida, é um objectivo, que o governo, nos seus poucos meses de vida, não tem respeitado. Muito gostaríamos que o executivo cumprisse este princípio.

### *Conclusão*

Consideramos que o Programa Nacional de Reformas tem que dar uma ênfase muito maior ao investimento, do qual depende crucialmente a criação de emprego, o crescimento e o desenvolvimento.

Portugal tem oportunidade de tirar partido da globalização, participando na criação e desenvolvimento das cadeias logísticas que asseguram a articulação da produção com o consumo externo de um número crescente de bens de consumo e de investimento. Em particular, aproveitando a nossa localização estratégica, as infra-estruturas portuárias existentes e o potencial humano qualificado e não qualificado. Por outro lado, o elevado número de desempregados das actividades situadas no sector da construção e das obras públicas e a montante destes implica a necessidade, quer de programas de requalificação, quer da criação de uma rede articulada de profissionais para desenvolver a construção no exterior.

### *Propostas do PSD*

O grupo parlamentar do PSD também apresentou um projecto de resolução, sobre capitalização de empresas e diversificação das suas fontes de financiamento, uma resposta parcial ao Plano Nacional de Reforma do governo.

Antes de mais, tem que se referir que o PSD cai na mesma omissão do governo, ao não reconhecer que este é apenas um aspecto de um problema muito mais vasto e muito mais grave, que é o baixo nível de investimento que se tem verificado no país, como referido acima.



FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE

Em relação às propostas do PSD, elas também enfermam de um problema idêntico ao das propostas do executivo, em que abundam os objectivos intermédios e escasseiam as medidas concretas.

Apesar de tudo, ambos os documentos apresentam virtualidades a explorar, que detalharemos em data posterior, quando fizermos uma avaliação mais circunstanciada dos dois conjuntos de propostas.

Lisboa, 8 de Abril de 2016

Pedro Ferraz da Costa